



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 367/2025

Processo Número: **32447/2025** | Data do Protocolo: 27/08/2025 15:00:35



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200320033003500380031003A004300, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro que se officie ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento, para que informe o seguinte, sobre dados relacionados à Dívida Pública do Estado de São Paulo:

1- Relativamente à Dívida Interna do Estado de São Paulo e da Companhia de Saneamento Básico – SABESP, encaminhar documentos a seguir, relacionados ao refinanciamento com a União a partir de 1997:

1.1- Cópia do Acordo estabelecido com a União, e demais contratos (juntamente com respectivos anexos, aditivos, complementos, etc.) firmados pelo Governo do Estado de São Paulo, nas negociações realizadas em base à Lei 9.496/97: Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida;

1.2- Planilha contendo o detalhamento da dívida anterior que foi objeto da referida negociação, especificando-se a natureza da dívida refinanciada (se contratual ou mobiliária) e juntando-se os respectivos contratos, autorizações de emissão de dívida mobiliária e demais documentos que respaldam o estoque da dívida anterior, bem como as condições daquelas dívidas: data dos contratos, principal, taxas de juros, prazos de vencimento de amortizações e dos juros.

2- Documentos relacionados ao refinanciamento com a União a partir de 1997:

2.1- Planilha contendo o detalhamento das dívidas do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária - PROES que fizeram parte da referida negociação, juntando-se os respectivos documentos comprobatórios da natureza das dívidas que foram repassadas para o governo do Estado de São Paulo;

2.2- Memórias de cálculo dos valores calculados e debitados mensalmente a título de atualização monetária, juros reais, amortizações e demais encargos, desde o início da referida negociação com a União, segregando em colunas distintas as parcelas efetivamente pagas e as parcelas que foram capitalizadas (ou seja, parcelas que passaram a compor o estoque da dívida), demonstrando-se o saldo da dívida ao final de cada mês;

2.3- Apresentar memórias de cálculo do valor considerado como “subsídio inicial” na referida negociação;

2.4- Informar os bens do patrimônio estadual que foram privatizados no âmbito Programa Estadual de Desestatização - PED, que fez parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados - PAF, detalhando-se o valor de venda de cada um dos bens privatizados, bem como a destinação dos recursos arrecadados.

3- Documentos relacionados aos contratos de dívida interna do Estado de São Paulo:

3.1- Cópia dos contratos estabelecidos com demais credores internos públicos e privados (juntamente com respectivos anexos, aditivos, complementos, desde o início da vigência de cada um até a presente data) firmados pelo governo do Estado de São Paulo;

3.2- Memórias de cálculo dos valores calculados e debitados mensalmente a título de atualização monetária, juros reais, amortizações e demais encargos, desde o início dos respectivos contratos, segregando em colunas distintas as parcelas efetivamente pagas e as parcelas que foram capitalizadas (ou seja, que passaram a compor o estoque da dívida).

4- Relativamente à Dívida Externa do Estado de São Paulo com Organismos Internacionais (Banco Mundial, BID etc) e outras instituições financeiras internacionais requer-se:

4.1- Cópia autenticada dos Acordos e contratos (juntamente com respectivos anexos, aditivos, complementos, desde o início da vigência de cada um até a presente data) relativos a operações de crédito externo contraídas pelo governo do Estado de São Paulo;





4.2- Memórias de cálculo dos valores calculados e debitados mensalmente a título de atualização monetária, juros reais, amortizações e demais encargos, desde o início dos respectivos contratos, segregando em colunas distintas as parcelas efetivamente pagas e as parcelas que foram capitalizadas (ou seja, que passaram a compor o estoque da dívida)

4.3- Comprovação da destinação dos recursos para os fins previstos nos referidos contratos com organismos internacionais.

4.4- Memórias de cálculo de dívidas do Estado de São Paulo negociadas no âmbito das seguintes Leis: Lei nº 7.614/1987, Lei nº 7.976/1989, Lei nº 8.727/1993, apresentando cópia dos referidos acordos e conciliação de cifras das respectivas negociações.

JUSTIFICATIVA

Este requerimento, oriundo do Núcleo São Paulo da Auditoria Cidadã, busca informações para a realização dos trabalhos da Frente Parlamentar pela Auditoria Cidadã da Dívida, como meio de participação da sociedade civil no acompanhamento dos dados relacionados à Dívida Pública do Estado de São Paulo.

Eis as justificativas para este requerimento.

Carlos Giannazi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200350031003100330033003A005000

Assinado eletronicamente por **Carlos Giannazi** em 27/08/2025 13:17

Checksum: **A63EC7E2FBD2F7A10D5BA287F43F0967424FCF24A5D5904585819044AA799138**

